

Senadores sugerem mais atenção do governo à Casa

Senado Federal

Insatisfeitos, líderes de partidos cobram tratamento diferenciado do Planalto

LUIZ QUEIROZ

BRASÍLIA – Mais senadores no ministério, liberações de verbas, cargos federais nos Estados e até “carinho e atenção”. Esses são os principais ingredientes sugeridos por alguns líderes de partidos no Senado para que o governo assegure a maioria na Casa, onde o Planalto amargou duas grandes derrotas: as MPs dos bingos e do salário mínimo.

Líder do bloco governista e do PT, Ideli Salvatti (SC) lembra que, desde o início do ano passado, tem alertado o Planalto para a necessidade de compor a maioria no Senado. Segundo a senadora, os colegas merecem um “tratamento diferenciado” em relação ao que é concedido aos deputados.

– Aqui não podem ser feitas tratativas exclusivamente pelos partidos e lideranças. Em determinados casos, há a necessidade de conversas individuais. Temos um grande volume de ex-governadores, de ex-presidentes e vices. Isso merece um diferencial no tratamento – observou.

A senadora também sugere que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, caso realmente decida mudar sua equipe ministerial após as eleições municipais, leve em conta que um dos fatos que ocasiona oscilações no apoio do Senado é o desequilíbrio de forças dentro do Executivo entre as duas casas legislativas.

– Enquanto a Câmara conta com vários ministros que são deputados, temos só um ministro senador, o da Previdência,



IDELI: “Temos grande volume de ex-governadores, ex-presidentes. Isso merece um diferencial”

Amir Lando (PMDB-RO) – apontou a líder do PT, ponderando, no entanto, que a reforma ministerial é da competência exclusiva de Lula.

Para o senador Romero Jucá (PMD-RR), vice-líder do governo no Senado, os partidos que apóiam o Planalto têm “indefinições ideológicas”. Segundo Jucá, o governo não terá como fugir das defecções, dependendo dos temas que forem colocados em pauta. Ele defende mais proximidade entre o ministério e o Senado para, aos poucos, ser construída a maioria sólida pretendida pelo núcleo duro do governo:

– Tem de haver intercâmbio, relação, crédito político, um tipo de construção que se faz no dia-a-dia da política.

A falta de contato diário tem

sido notada pela maioria dos senadores. Eles alegam que ministros não atendem seus telefonemas, e seus projetos e emendas não são liberados pelos diversos órgãos federais. Argumentam que a atividade parlamentar esbarra na burocracia e na falta de tato político de alguns integrantes do governo.

– Temos uma ausência de coordenação política no Senado, pela qual eu não culparia o Aldo Rebelo, mas o governo como um todo – desabafou um senador aliado do PMDB.

Segundo ele, um exemplo dessa ausência de coordenação foi o episódio em que o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), na véspera da votação do salário mínimo, ameaçou deixar a vice-liderança do governo para votar contra a proposta de R\$ 260.

Mudou de opinião depois de procurado pelo ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, mas tornou pública a insatisfação que sentia com o governo.

O líder do Governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN) sustenta que, na votação do mínimo, ficou evidente serem pontuais as diferenças políticas. O governo tem maioria, na avaliação de Bezerra, porque considera que o Senado é uma “Casa madura”, que vota com os interesses do país.

– Aqui no Senado prevalece o prestígio, o afago, a atenção que se deve dar. Vale mais que os interesses materiais, como as liberações de emendas, embora sejam importantes para as bases – explicou Bezerra.

Arquivo